

Ministérios também articulam

Jornal de Brasília

seu lobby

Jorge Abreu

A exemplo de empresas, grupos e instituições das mais diversas, o governo federal também está articulando o seu lobby para a defesa — e, se possível, aprovação — das idéias, proposições e projetos relativos a assuntos que lhe despertam maior interesse no Congresso Constituinte. Afinal, os assuntos abordados serão muitos e os "lobistas" não medirão esforços para garantir uma Constituição que vá ao encontro dos objetivos do governo.

O próprio Palácio do Planalto acionou um esquema que permitirá o acompanhamento e análise de todas as emendas que serão apresentadas pelos constituintes. Os ministérios, por sua vez, estão mobilizando assessores técnicos, jurídicos e parlamentares, que orientarão os constituintes sobre as questões ligadas às suas áreas.

Um dos lobbies mais fortes será o do setor rural. Afinal, ele conta com o apoio da União Democrática Ruralista (UDR) e envolve mais de 60 parlamentares, entre deputados e senadores. "O fato dessa bancada ser uma das maiores da Constituinte certamente facilitará o fluxo de idéias entre os constituintes e o Ministério da Agricultura", prevê um assessor do ministro Iris Resende.

O mesmo assessor acrescenta que, por enquanto, o Ministério da Agricultura, aguarda orientações do Palácio do Planalto e o início efetivo dos trabalhos constituintes para que sejam identificadas as idéias afinadas com o governo federal e, em consequência, os recursos que serão usadas para defendê-las. Enquanto isso não ocorre, o ministro programa reuniões com todos os dirigentes da pasta e empresas a ele vinculadas, para a definição de propostas que o setor agropecuário poderá oferecer ao debate nacional.

Aliança
No Ministério da Fazenda, a expectativa é de que as idéias da equipe do ministro Dilson Funaro serão naturalmente defendidas pelos constituintes da Aliança Democrática. O assessor de Assuntos Judiciários, João Santana, nega a existência de um lobby. Mas, na verdade, será nessa



área que os "lobistas" terão que agir com muita eficiência.

A posição do ministro Dilson Funaro é de que cabe à sociedade como um todo aceitar as regras a serem defendidas pelos constituintes. No entanto, sabe-se que a ele não agrada — assim como ao presidente José Sarney e demais ministros da área econômica — a hipótese de perder para os estados e municípios parte dos tributos arrecadados atualmente pela União. Isso ocorrerá com a reforma tributária, que conta com o apoio dos governadores dos 22 estados e das prefeituras dos mais de quatro mil municípios brasileiros.

Parcela

O grande tema para a Constituinte relacionado com o Ministério do Interior será a destinação de uma parcela fixa do orçamento da União para o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste. Um assessor do ministro Ronaldo Costa Couto, diz que "não há esquema de lobby". No entanto, uma equipe de oito pessoas está se revezando entre o Congresso e o Ministério. Essa equipe acompanhará os trabalhos das comissões da Constituinte, analisando qualquer questão na área de atuação do ministério.

Ao mesmo tempo, a equipe do Ministério do Interior, realizará estudos completos, mas não conclusivos, sobre os mais variados assuntos ligados à pasta. Sobre a criação de novos estados e territórios — tema que deverá entrar na pauta da Constituinte —, um relatório elaborado por uma comissão interministerial provavelmente servirá de subsídio aos parlamentares.

No relatório — segundo o assessor, também não é conclusivo

são colocadas algumas prioridades a respeito da criação de novos estados e territórios. Entre elas, a necessidade da capital ter um mínimo de um milhão de habitantes e capacidade própria de arrecadação para pagar os gastos mínimos com educação, segurança e saúde. A cidade destinada a ser a capital precisa, ainda, ter pelo menos uma universidade federal, já em funcionamento. As demais cidades e locais a integrar a área do estado ou território, sugere o relatório, devem contar com um mínimo de 100 mil habitantes.

Reserva

Um "livro branco da informática" está sendo programado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, para distribuição aos parlamentares constituintes. Nesse livro, serão colocados, lado a lado, os argumentos contra e a favor da reserva de mercado. Isso — segundo o assessor de Comunicação Social, José Montserrat Filho —, "para clarear a questão". Palestras e encontros entre Constituintes e assessores do Ministério também serão realizadas, para o debate sobre temas pertinentes à pasta.

Outro lobby que está pronto para ser acionado é o do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Um convênio foi assinado com o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), para o Ministério receber assessoria por ocasião dos debates sobre a questão fundiária.

Palestras e conferências a serem proferidas pelo ministro Dante de Oliveira, abordando a situação agrária do país, fazem parte, da mesma forma, do lobby do Ministério da Reforma Agrária. E os ministérios militares não escondem que estão com uma estrutura pronta para atuar no sentido de garantir a aprovação dos temas considerados essenciais pelos comandos das Forças Armadas, que vão desde a manutenção do atual papel dos militares dentro do panorama nacional até a obrigatoriedade — ou não — do Serviço Militar e a anistia aos militares que ainda não receberam perdão.

Interesses privados já são defendidos

Instalada a Assembléia Nacional Constituinte, no último domingo, multiplicaram-se os grupos de pressão que pretendem atuar e influir na elaboração da nova Carta — os lobistas. Eles sempre frequentaram o Congresso Nacional em defesa de seus interesses ou daqueles que representam. Normalmente a agricultura (historicamente o mais forte e tradicional) e grandes bancos e indústrias. A Constituinte, porém, abriu espaço à nova categoria de lobistas: os nacionalistas.

Circulando abertamente nos Salões Verdes, da Câmara, e Azul, do Senado, os "nacionalistas" defendem, por exemplo, a integridade do Banco do Brasil, as estatais, a reserva de mercado, o meio ambiente. O monopólio, capitaneado pelos lobistas da agricultura, fatalmente será quebrado. A concorrência é grande. Já estão organizados lobbies das mineradoras, construção civil e naval, hospitais privados, transportes de cargas. E até dos governos estaduais: querem a reforma tributária.

Representantes

Hoje, existem cerca de 30 escritórios em Brasília para "assessoria parlamentar". Grandes empresas preferiram montar "sucursais" com toda a infra-estrutura, como a Shell. Souza Cruz, IBM e



Paulynelli auxilia setor agrícola

Bradescos. Mas o lobby não é só externo. Muitos parlamentares estão atualmente no Congresso defendendo interesses alheios, que não os do povo. Afinal, quem não se elegeu com a ajuda de alguma empresa, entidade ou grupo de pressão?

Na área rural, a União Democrática Ruralista (UDR) diz ter eleito uma bancada significativa. Os deputados Alison Paulinelli (PFL-MG), ex-ministro da Agricultura do governo Geisel; Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP); Jílio Campos (PDS-MT), ex-governador do Mato Grosso e o senador Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO) são

tidos como parlamentares da confiança da entidade, que teria contribuído substancialmente em suas campanhas.

Os deputados Jorge Vianna (PMDB-BA), e Inocêncio Oliveira (PFL-PE), donos de clínicas médicas particulares, são apontados como líderes do lobby dos hospitais privados. Já os deputados Simão Sessim (PFL-RJ) e Felipe Cheide (PMDB-SP) são considerados os pontos de lança para a legalização do jogo do bicho, cujos banqueiros não teriam poupado recursos para vê-los com assento na Constituinte. O próprio Cheide teria mais de 500 "pontos" no ABC paulista.

A indústria do tabagismo, além de ter montado escritório específico em Brasília para melhor acompanhar os trabalhos constituintes, teria financiado a campanha e instalação de muitos parlamentares na capital. O deputado Gustavo Faria (PMDB-RJ) é tido como defensor da indústria do cigarro. O deputado Paulo Mincarone (PMDB-RS), 2º vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara, por sua vez, teria fortes vínculos com a poderosa indústria de armas, além de ser apontado como colaborador dos interesses na de área transportes.

Na área dos nacionalistas, o grupo mais forte, melhor organizado e articulado é o do Banco do Brasil. Estima-se que em defesa de sua integridade estejam perfilados mais de 25 deputados. Entre eles, Saulo Queiroz, secretário-geral do PFL, Agusto Carvalho (PCB-DF), Hélio Duque (PMDB-PR), Antônio Brito (PMDB-RS) e Nider Barbosa (PMDB-ES), além do senador Wilson Barbosa.

Outro grande grupo de pressão que quase todos os dias envia representantes para conversar com os parlamentares é o movimento para estender a anistia aos militares punidos pelo golpe de 64. Que ninguém, então, se assuste se encontrar o Roberto Freire (PCB-PE) ou Fernando Santana (PCB-BA) conversando no cafezinho da Câmara com um coronel do Exército. É o lobby da anistia ampla, geral e irrestrita.



Para o prefeito, diretas podem vir em 88

Jarbas adverte governo sobre perigo da crise

Recife — O prefeito Jarbas Vasconcelos, de Recife, disse ontem em entrevista, que, se o governo e o PMDB não saírem do "estado de perplexidade" em que se encontram, por conta da crise econômica que se avoluma, as eleições diretas para Presidente da República em 1988 se tornarão inevitáveis. Ressaltou, porém, que se isso vier a ocorrer a eleição presidencial teria que ser realizada em data diferente da eleição municipal, sob pena de ocorrer uma "municipalização" das grandes questões nacionais.

Para o prefeito, a crise econômica que existe no Brasil é decorrente da crise política. Ele acha, por exemplo, que há uma certa "ausência de autoridade" em relação aos problemas econômicos do País, mas não responsabiliza apenas o presidente José Sarney por tal estado de coisas.

Segundo ele, o Presidente pode até estar sendo vacilante diante de algumas questões, mas cabe ao PMDB, como o partido majoritário que lhe dá sustentação, corrigir rumos e oferecer opções. Lembrou, a propósito, que além da frustração que o chamado "Plano Cruzado II" gerou na população, sobretudo a de mais baixa renda, há "pecados mais graves", como o fato de o ministro da Fazenda ir à televisão num dia afirmar uma coisa e no outro dia acontecer outra completamente diferente.